

Artigos de revisão (sistemática ou de escopo)

Acompanhamento terapêutico no Brasil: Revisão sistemática de literatura

Juliana Silva da Silva¹, Karine Vanessa Perez¹, Cristiane Davina Redin Freitas¹

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul, Departamento de Psicologia, Mestrado Profissional em Psicologia, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil

Submissão: 16 out. 2024.

Aceite: 3 set. 2025.

Editora de seção: Fernanda Maria Munhoz Salgado.

Nota das autoras

Juliana S. da Silva  <https://orcid.org/0000-0002-2287-4409>

Karine V. Perez  <https://orcid.org/0000-0003-1643-8042>

Cristiane D. R. Freitas  <https://orcid.org/0000-0002-1288-2712>

Correspondências referentes a este artigo devem ser enviadas a Juliana Silva da Silva, Rua Sabino Pereira Nunes, 931, bloco 17, ap. 103, Bairro Restinga, Porto Alegre, RS, Brasil. CEP 91788-708.
Email: jsilva1991@hotmail.com

Conflito de interesses: Não há.

Resumo

A prática de acompanhamento terapêutico estabeleceu-se como uma ocupação profissional em consequência da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial. Assim, revelou-se como uma possibilidade de cuidado em saúde mental além dos limites dos hospitais psiquiátricos. Contudo, a prática do acompanhante terapêutico ainda se apresenta como um campo em desenvolvimento, carecendo de uma análise mais abrangente e sistemática das pesquisas existentes para identificar e consolidar os conhecimentos produzidos até o momento. Logo, o objetivo deste estudo é compreender o contexto e os desafios da atuação do acompanhante terapêutico no Brasil. Para a construção metodológica deste estudo, utilizaram-se artigos científicos disponíveis nas bases de dados SciELO, Portal Regional da BVS e Oasisbr e publicados no período de 2014 a 2024. Na pesquisa, adotaram-se as palavras-chave “acompanhante terapêutico” e “acompanhamento terapêutico”. O operador booleano utilizado foi o OR. Após a análise do material, nove artigos contemplaram os objetivos deste estudo. Os artigos foram analisados conforme as seguintes categorias: metodologia, participantes, objetivos e resultados. Os principais resultados mostraram a predominância de abordagens qualitativas nos estudos, com foco em benefícios como a inclusão social, o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento de vínculos. Contudo, os desafios enfrentados pelos acompanhantes terapêuticos, como a falta de reconhecimento e as condições de trabalho precárias, reforçam a importância de atenção a esse contexto.

Palavras-chave: acompanhante terapêutico, acompanhamento terapêutico, ocupações em saúde, assistência em saúde mental, reforma psiquiátrica

THERAPEUTIC ACCOMPANIMENT IN BRAZIL: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

Therapeutic accompaniment in Brazil: Systematic review

Abstract

The practice of therapeutic accompaniment was established as a professional occupation as a result of psychiatric reform and the anti-asylum movement. It has emerged as a mental health care option that extends beyond the boundaries of psychiatric hospitals. However, the practice of therapeutic accompaniment remains in development, lacking a comprehensive and systematic analysis of existing research to identify and consolidate the knowledge produced to date. Therefore, the aim of this study is to understand the context and challenges of therapeutic accompaniment work in Brazil. The methodological design was based on the analysis of peer-reviewed journal articles retrieved from the SciELO, Regional Portal of BVS, and Oasisbr databases, published between 2014 and 2024. The keywords used were “therapeutic companion” and “therapeutic accompaniment,” with the Boolean operator OR. After the screening process, nine articles were included that met the objectives of this study. These articles were analyzed according to the following categories: methodology, participants, objectives, and results. The main findings showed a predominance of qualitative approaches, with only one study adopting a mixed approach, highlighting benefits such as social inclusion, autonomy development, and the strengthening of social bonds. However, challenges such as lack of recognition and precarious working conditions emphasize the need for greater attention to this professional context.

Keywords: therapeutic companion, therapeutic support, health occupations, mental health care, psychiatric reform

ACOMPAÑAMIENTO TERAPÉUTICO EN BRASIL: REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA LITERATURA

Acompañamiento Terapéutico en Brasil: Revisión Sistemática

Resumen

La práctica de acompañamiento terapéutico se ha consolidado como una ocupación profesional como consecuencia de la reforma psiquiátrica y del movimiento antimanicomial. De este modo, se ha revelado como una posibilidad de cuidado en salud mental más allá de los límites de los hospitales psiquiátricos. No obstante, la práctica del acompañante terapéutico aún se presenta como un campo en desarrollo, careciendo de un análisis más amplio y sistemático de las investigaciones existentes para identificar y consolidar los conocimientos producidos hasta la fecha. Por ello, el objetivo de este estudio es comprender el

contexto y los desafíos de la labor del acompañante terapéutico en Brasil. Para la construcción metodológica de este estudio, se analizaron artículos científicos disponibles en las bases de datos SciELO, Portal Regional de la BVS y Oasisbr, publicados entre 2014 y 2024. Las palabras clave empleadas fueron “acompañante terapéutico” y “acompañamiento terapéutico”, utilizando el operador booleano OR. Tras el análisis del material, se seleccionaron nueve artículos que cumplían con los objetivos del estudio. Dichos artículos fueron examinados en función de las siguientes categorías: metodología, participantes, objetivos y resultados. Los principales hallazgos mostraron una predominancia de enfoques cualitativos en los estudios, con solo un estudio que utilizó un enfoque mixto. Entre los beneficios más destacados se encontraron la inclusión social, el desarrollo de la autonomía y el fortalecimiento de los vínculos sociales. Sin embargo, los desafíos que enfrentan los acompañantes terapéuticos, como la falta de reconocimiento y las condiciones laborales precarias, ponen de manifiesto la necesidad de prestar mayor atención a esta realidad.

Palabras clave: acompañante terapêutico, acompañamiento terapêutico, ocupaciones en salud, atención en salud mental, reforma psiquiátrica

A prática de acompanhamento terapêutico (AT – no artigo, a sigla se refere também a “acompanhante terapêutico”) estabeleceu-se como uma ocupação profissional em consequência da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial. Mais do que uma prática clínica, o AT assumiu um papel político ao propor intervenções que rompem com os modelos tradicionais de institucionalização e cuidado em saúde mental. Nesse sentido, o AT se apresenta como uma estratégia inserida nos territórios, centrada na singularidade do sujeito e na promoção da autonomia (Alves et al., 2025).

Essas reflexões originaram-se após a Segunda Guerra Mundial, em um cenário de transformações nas concepções globais sobre direitos humanos e cidadania, o que impulsionou a disseminação dessa prática no Ocidente, na década de 1960 (Bueno, 2023). Na América Latina, na década de 1970, o AT consolidou-se como uma prática clínica voltada à promoção da reinserção e ressocialização de pessoas egressas de instituições psiquiátricas de longa permanência. Nesse processo, propiciou o desenvolvimento de novas formas de intervenção sob uma perspectiva interdisciplinar, caracterizando-se como uma prática da clínica ampliada (Fantini & Carniel, 2021). No Brasil, durante o mesmo período, essa ocupação surgiu vinculada a hospitais psiquiátricos, com nomenclaturas como “auxiliar psiquiátrico” ou “atendente psiquiátrico”. Com o fechamento progressivo desses serviços, passou a representar uma alternativa às internações, adotando a denominação atual e refletindo seu caráter terapêutico (Andrade et al., 2023).

Dessa maneira, o trabalho do AT é realizado por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, pautando-se na promoção da inclusão social da pessoa em sofrimento psíquico em locais de sua vida cotidiana, como casa, escola, trabalho e espaços de lazer. Ainda, objetiva promover saúde e estimular habilidades para combater dificuldades do dia a dia (Pelúcio et al., 2019). Essa variedade manifesta-se em uma multiplicidade de práticas e abordagens no campo, o que contribui para a riqueza da atuação, mas também impõe desafios quanto à sistematização, à supervisão e à garantia da qualidade das intervenções realizadas (Andrade et al., 2023). A literatura científica sobre o AT reflete esse contexto, pois se apoia em diferentes profissões e referenciais teóricos, tornando a caracterização dessa prática indefinida (Beltramello & Kienen, 2017).

Nesse cenário, pesquisas anteriores indicam que o perfil predominante dos profissionais que atuam como acompanhantes terapêuticos é composto de indivíduos com ensino superior em andamento e, em sua maioria, com formação na área da psicologia (Marco & Calais, 2012; Romano & Bagaiolo, 2022). Isso indica que a prática de AT frequentemente atrai indivíduos em formação ou com interesse em áreas voltadas ao cuidado e à saúde mental, alinhando-se às competências necessárias para a atuação na área.

Um aspecto importante e recorrente na atuação nesse campo profissional refere-se à colaboração com outras pessoas que compõem a rede de apoio do sujeito acompanhado, como familiares e equipe multidisciplinar. Essa articulação visa favorecer o planejamento e desenvolvimento das ações, contribuindo para a efetividade das estratégias de cuidado para o processo terapêutico do paciente (Beltramello & Kienen, 2023).

No Brasil, os serviços de AT estão estruturados essencialmente em grupos de estudantes e profissionais associados a clínicas e espaços terapêuticos, públicos ou privados. Essa organização não apenas torna mais acessível a aproximação entre os componentes das equipes e a propagação dos atendimentos, mas também favorece a realização regular de supervisões (Londero & Pens, 2010).

É importante destacar que a ocupação de AT não é regulamentada no território brasileiro (Brasil, 2023), não havendo exigência de qualificação técnica específica nem delimitação clara de suas atribuições. Essa ausência de regulamentação dificulta o monitoramento da prática, pode afetar negativamente a qualidade dos serviços ofertados (Andrade et al., 2023) e expõe os AT a dificuldades relacionadas à variabilidade das condições de trabalho, como a remuneração instável e a ausência de benefícios garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Essas condições, por sua vez, influenciam o comportamento dos profissionais e podem comprometer sua qualidade de vida social, além de prejudicarem a saúde física e mental deles (Tibério et al., 2024). Adicionalmente, a presença de muitos estudantes na área (Romano & Bagaiolo, 2022) traz potenciais riscos para a prática, carecendo de respaldo legal e ético dependendo da forma como suas funções são definidas e desempenhadas (Marco & Calais, 2012).

Nesse contexto, a prática do AT ainda se apresenta como um campo em desenvolvimento, carecendo de uma análise mais abrangente e sistemática das pesquisas existentes para identificar e consolidar os conhecimentos produzidos até o momento. Essa análise permite também identificar as lacunas de conhecimento, promovendo um entendimento mais claro sobre os desafios e as oportunidades presentes na prática do AT e, consequentemente, melhorando a qualidade dos serviços prestados. Logo, o objetivo deste estudo é compreender o contexto e os desafios da atuação do AT no Brasil.

Método

O método para a realização desta revisão sistemática baseou-se nas diretrizes indicadas pelo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* – PRISMA (Moher et al., 2015). O desenvolvimento desse processo foi realizado a partir das seguintes etapas: procedimento de busca, aplicação de critério de seleção dos artigos e identificação e análise de dados.

As bases de dados utilizadas para a localização de referências foram SciELO, Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr). Na plataforma Oasisbr, ainda foi aplicado o filtro para seleção apenas de artigos. Realizou-se o levantamento no período de abril a maio de 2024, e o período de busca foi de 2014 a 2024. As buscas nas três bases de dados utilizaram como palavras-chave “acompanhante terapêutico” e “acompanhamento terapêutico”. O operador booleano utilizado foi o OR. Selecionou-se essa configuração para garantir uma pesquisa abrangente, contemplando o máximo de artigos possível sobre o tema.

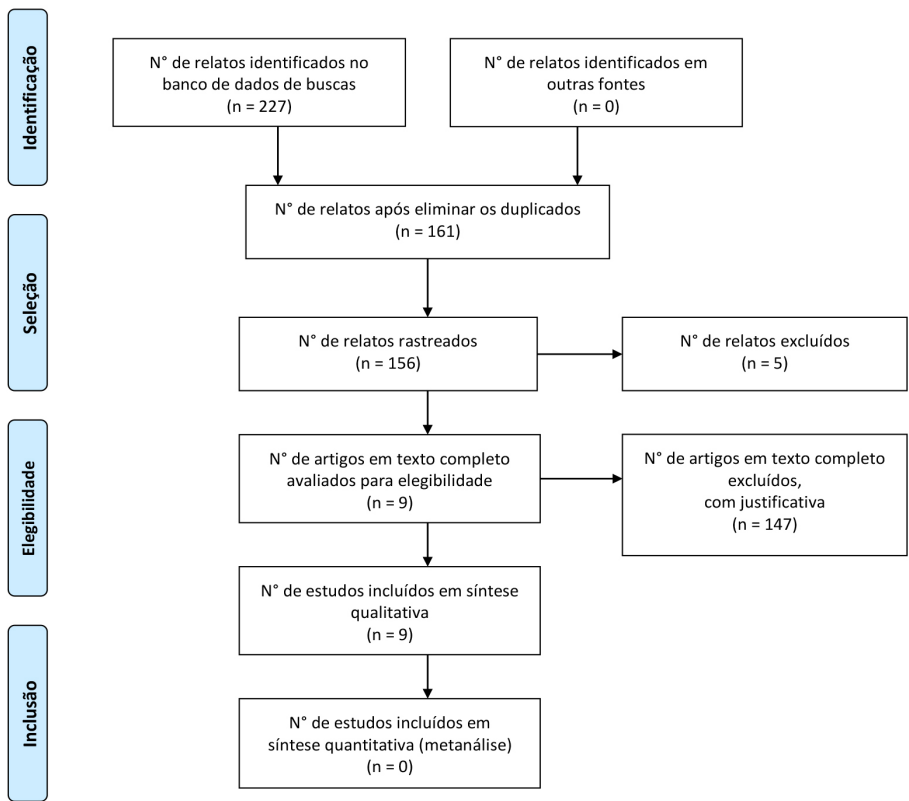
Nesse cenário, a seleção dos artigos foi conduzida pela autora e revisada pelas coautoras. Todos os materiais foram selecionados com base nos seguintes critérios de inclusão: estudos empíricos realizados no Brasil, com participantes humanos, publicados em revistas científicas, cujo tema principal fosse o AT, que apresentassem os AT como participantes ou que abordassem intervenções conduzidas por eles. Quanto aos critérios de exclusão, eliminaram-se os seguintes documentos: teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias, trabalhos de conclusão de curso, revisões bibliográficas, relatos de experiência, estudo de caso, resenhas, resumos, anais de congresso e comunicação breve. Também se excluíram artigos duplicados, estudos referentes a outros países, com inconsistência nas datas de publicação ou com versões completas indisponíveis para consulta.

Foram encontrados 227 artigos nas três bases de dados selecionadas durante a busca inicial (Figura 1). Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, selecionaram-se nove artigos que, de maneira geral, abordaram estudos relacionados ao AT no Brasil. A leitura foi a técnica de investigação utilizada, seguindo as etapas: reconhecimento do material bibliográfico (leitura do resumo para selecionar o material relacionado ao tema), leitura exploratória (momento de verificar os dados úteis ao estudo), leitura seletiva (período de aplicar os critérios de inclusão e exclusão), leitura reflexiva (efetuada nos textos definitivos e que visou responder aos objetivos da pesquisa) e leitura interpretativa (interpretação das ideias dos autores, juntamente com a interligação entre estas e os propósitos desta pesquisa) (Lima & Miotto, 2007).

Durante as etapas de leituras reflexiva e interpretativa, foi criada uma tabela para coletar os dados dos estudos selecionados, abrangendo categorias essenciais para o presente estudo, tais como: metodologia, participantes, objetivos e resultados. Essa organização permitiu uma análise sistemática e comparativa das referências, facilitando a identificação de padrões e a integração das informações relevantes para a pesquisa.

Figura 1

Fluxo da informação com as diferentes fases da revisão sistemática segundo diretrizes do PRISMA



Resultados

A Tabela 1 sintetiza os resultados levantados a partir desses estudos. Entre as referências selecionadas, verificou-se uma predominância significativa de estudos com abordagem qualitativa, com apenas um estudo de abordagem mista. No que se refere à coleta de dados, as entrevistas semiestruturadas se destacaram, estando presentes em 50% dos materiais analisados.

Tabela 1

Organização dos dados obtidos conforme as categorias analisadas

Autor e ano	Metodologia	Participantes	Objetivo	Resultados
Brondani et al. (2023)	Pesquisa participativa, abordagem qualitativa. Coleta de dados por entrevistas e rodas de conversa.	Seis usuários do serviço de AT por meio de um projeto de extensão na universidade.	Elencar indicadores que auxiliem no percurso do AT.	Indicadores qualitativos propostos: • qualidade do vínculo; • acesso a direitos; • autonomia; • rede afetiva; • bem-estar.
Carvalho e Nascimento (2015)	Estudo de campo de abordagem mista. Coleta de dados realizada por entrevistas semiestruturadas.	Vinte AT de cinco escolas particulares da cidade de Teresina, no Piauí.	Identificar a realidade das escolas particulares de Teresina em relação à inclusão de crianças com autismo.	• Para 65% dos entrevistados, a socialização é importante também para os demais profissionais da escola que facilitam a interação. • Dos entrevistados, 15% indicaram que o treinamento e a facilitação do aluno com TEA são delegados ao AT, não à escola.
Cunha et al. (2017)	Estudo de campo de abordagem qualitativa. Coleta de dados por meio de grupos focais.	Vinte e nove profissionais de saúde de quatro serviços de saúde mental de um município do interior paulista.	Investigar o conhecimento e as percepções das equipes sobre o AT.	• Atividades externas e domiciliares como características do AT. • Não atribuem a função de AT a uma profissão específica. • Necessidade de capacitação, perfil profissional, vínculo e desejo para a atuação, indicado para pessoas com maiores prejuízos. • O AT tem como objetivos: desenvolver habilidades, reinserção social, autonomia, fortalecimento de vínculos e avaliação da dinâmica familiar. • Dificuldades como problemas financeiros, políticas de saúde e desconhecimento sobre a atividade.
Ecker e Palombini (2021)	Estudo de campo qualitativo. Combina diários de campo e relatórios técnicos e outros materiais para estruturar as narrativas.	Vinto e oito casos clínicos em AT.	Analisar o exercício de direitos sociais nos processos terapêuticos, na clínica em psicologia e na atenção psicossocial do AT.	• AT como mediador do direito social facilita o acesso dos usuários a direitos como saúde, moradia, lazer e educação. • A importância do território na atenção psicossocial, abrangendo espaço físico e aspectos subjetivos, oferece liberdade, alívio e um espaço para expressar pensamentos e emoções.
Makiyama et al. (2023)	Pesquisa descritiva de abordagem qualitativa. Coleta de dados realizada por meio de questionário semiestruturado.	Vinte e quatro profissionais que coordenam serviços de saúde mental de uma região do Paraná.	Descrever as práticas de saúde mental na atenção básica sob a ótica dos profissionais gestores.	• O AT foi reconhecido como parte integrante de suas rotinas de trabalho. • Desafios enfrentados: falta de reconhecimento da atenção primária à saúde (APS) como um ponto de acolhimento efetivo e fragmentação do cuidado.

(continua)

Tabela 1

Organização dos dados obtidos conforme as categorias analisadas (continuação)

Autor e ano	Metodologia	Participantes	Objetivo	Resultados
Nascimento et al. (2020)	Pesquisa qualitativa com narrativa colaborativa como instrumento de coleta de dados.	Cinco AT com mais de cinco anos de experiência em diferentes segmentos clínicos.	Compreender a ação clínica dos AT nas redes sociais da cidade de Recife, em Pernambuco.	• Maioria possui formação em Psicologia, estagiários ou formados. • Demanda por maior qualificação e definições para a prática do AT. • Alguns participantes relataram atuar como psicólogos e AT, mas acreditam que essa situação pode gerar confusão de papéis. • Divergência sobre o AT ser uma função ou profissão no Brasil. • Alguns psicólogos se sentem ameaçados pela prática do AT, enquanto outros oferecem serviços sem formação adequada. • Características do AT: responsabilidade, ética, criatividade, sensibilidade e discernimento nas situações cotidianas. • Três participantes estão abandonando gradativamente a prática por falta de tempo, desgaste físico e baixa remuneração. Outras dificuldades incluíram o trabalho em equipe e práticas isoladas.
Prado et al. (2020)	Estudo etnográfico com observação sistemática e participante, diário de campo, Mapa Mínimo das Relações de Sluzki e entrevistas semiestruturadas.	Um usuário de um Centro de Atenção Psicossocial (Caps II) da cidade de São Paulo e sete pessoas de sua rede social: familiares, usuários e profissionais do Caps.	Analisar o AT e a intervenção em rede como dispositivos para a construção da rede social significativa para usuários de Caps.	• AT e intervenção em rede proporcionam maior participação social e reorganização dos papéis familiares e do tratamento no Caps. • Necessidade de maior engajamento social e inserção no mercado de trabalho, e participação em clubes, associações, entre outros.
Tristão e Avellar (2014)	Pesquisa de campo qualitativa por meio de entrevistas parcialmente estruturadas.	Dez profissionais de saúde mental na rede pública ou privada que atuam ou atuaram como AT.	Conhecer quem são os AT do Espírito Santo e identificar características das práticas de AT no estado.	• A maioria dos participantes é do gênero feminino com formação em Psicologia. • A inserção na prática como AT ocorreu por meio de estágios e projetos de extensão. • Muitos não continuaram profissionalmente como AT por causa da falta de encaminhamentos ou de outras atividades que demandam tempo; • Apenas dois entrevistados fizeram curso de AT. • A maioria dos entrevistados utiliza abordagens teóricas diferentes na prática como AT e como psicólogos. • A maioria dos participantes não estava inserida em uma equipe de AT, mas realizava reuniões interdisciplinares para discutir os casos. • Destacaram a necessidade de flexibilização na duração dos atendimentos. • O <i>setting</i> terapêutico é considerado um espaço de atuação que deve incluir a rua e a casa.

(continua)

Tabela 1

Organização dos dados obtidos conforme as categorias analisadas (continuação)

Autor e ano	Metodologia	Participantes	Objetivo	Resultados
Tristão et al. (2017)	Pesquisa de campo qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas.	Dez profissionais de nível superior que trabalham ou já atuaram como AT de pacientes com histórico de interações psiquiátricas em uma capital do Sudeste do Brasil.	Compreender os significados atribuídos ao AT na visão de psicólogos que atuam ou atuaram como AT.	• Os entrevistados ressaltaram a importância da atuação do AT na reinserção em atividades e vínculos sociais interrompidos, facilitando a reintegração à vida comunitária e impactando positivamente a qualidade de vida. • Os participantes destacaram que o <i>setting</i> terapêutico não se limita a um espaço físico específico, devendo focar as dificuldades da pessoa. Apontaram a rua, os espaços públicos e as residências como locais de atendimento. • Necessidade de habilidades do AT para lidar com imprevistos. • Os relatos indicaram que o AT na rua requer abordagens diferentes das usadas em consultórios.

A amostra total de participantes nesses estudos foi composta de 140 pessoas, distribuídos entre diferentes grupos. Desses, 32% eram profissionais que atuavam ou já atuaram como AT, enquanto 37% eram profissionais que trabalhavam em serviços de saúde mental. Além disso, 20% dos estudos referiam-se a casos clínicos; 6%, a usuários de serviço de AT; e 6%, a pessoas da rede social de um paciente. Essa diversidade nos participantes enriqueceu a análise das experiências e percepções relacionadas ao AT.

Os objetivos das pesquisas variaram entre os estudos, mas todos se concentraram em compreender melhor o papel do AT na promoção da inclusão social, no desenvolvimento da autonomia e na melhora no bem-estar dos usuários. Aproximadamente 55% se dedicaram a investigar diretamente a prática dos AT, enquanto 22% dos estudos focaram a percepção dos profissionais de saúde mental sobre a atuação deles. Cerca de 11% analisaram casos clínicos específicos, e 11% se concentraram nos usuários do serviço de AT. Outros 11% examinaram a rede social de pacientes, abordando a importância da reinserção social e do suporte comunitário.

Os resultados dos estudos analisados foram organizados em três categorias principais: características dos profissionais, características da intervenção e intervenção em rede e colaboração interdisciplinar. A primeira categoria, características dos profissionais, revelou um perfil diversificado, com predominância de mulheres e profissionais com formação em Psicologia, mas também incluindo profissionais de outras áreas. No que se refere à experiência, muitos AT relataram atuar há mais de cinco anos, o que indica um nível de maturidade e familiaridade com a prática (Nascimento et al., 2020, Tristão & Avellar, 2014). A inserção na profissão, na maioria dos casos, ocorreu por meio de estágios ou projetos de extensão, evidenciando o papel importante dessas iniciativas para a formação de novos profissionais. No entanto, foi relatado que alguns AT exercem simultaneamente a função de psicólogo e AT, o que, segundo os participantes, pode gerar confusão de papéis e desafios na condução das intervenções, pois, além de questões práticas, muitos referiram utilizar abordagens teóricas diferentes em cada papel (Tristão & Avellar, 2014).

Os resultados da segunda categoria analisada (características da intervenção) foram evidenciados em diferentes estudos. Logo, para facilitar a compreensão, essas características foram divididas em três subcategorias: benefícios, *setting* terapêutico e principais desafios da prática. A primeira subcategoria (benefícios) evidencia a inclusão e reintegração social para pessoas com prejuízos significativos como duas das principais contribuições da intervenção do AT, facilitando a interação e participação dos usuários em ambientes comunitários (Cunha et al., 2017; Prado et al., 2020; Tristão et al., 2017). Outro benefício destacado foi o desenvolvimento da autonomia, com os usuários adquirindo maior independência, autocuidado e fortalecimento de vínculos familiares (Brondani et al., 2023; Cunha et al., 2017; Prado et al., 2020; Tristão et al., 2017). Além disso, o AT apresentou um papel importante no acesso a direitos sociais, como saúde, educação, moradia e lazer. No âmbito emocional, a atuação do AT esteve relacionada à melhora no bem-estar dos usuários, promovendo um espaço seguro para a expressão de pensamentos e sentimentos. Ao mesmo tempo, a qualidade do vínculo estabelecido entre o AT e o usuário favoreceu a confiança e o sucesso do processo terapêutico, com a criação de uma rede afetiva sendo outro fator importante para a efetividade da intervenção (Brondani et al., 2023; Ecker & Palombini, 2021).

Quanto à segunda subcategoria (*setting* terapêutico), verificou-se ser um conceito abrangente que vai além do espaço físico no qual as intervenções ocorrem. Nesse cenário, o *setting* não se limita a um espaço específico, mas deve ser moldado pelas necessidades do paciente, incluindo tanto espaços físicos, como casa ou rua, quanto aspectos emocionais e subjetivos, proporcionando um espaço seguro para a expressão de pensamentos e sentimentos (Ecker & Palombini, 2021; Tristão et al., 2017). Além disso, pode ser adaptado aos centros de saúde, onde o AT pode realizar intervenções que favoreçam a reintegração social dos usuários por meio de intervenções externas ou domiciliares (Cunha et al., 2017).

Por sua vez, na terceira subcategoria, referente aos desafios enfrentados pelos AT, destacaram-se seis estudos, revelando uma gama de dificuldades na prática profissional. Entre os principais desafios, a falta de formação específica para a atuação como AT foi um ponto mencionado, com muitos profissionais destacando essa necessidade (Cunha et al., 2017; Nascimento et al., 2020; Tristão & Avellar, 2014). Os relatos indicaram também que o AT na rua requer abordagens diferentes das usadas em consultórios (Tristão et al., 2017), o que exige habilidades adicionais para lidar com imprevistos e situações diversas que podem surgir em ambientes não estruturados, tais como responsabilidade, ética, criatividade, sensibilidade, discernimento diante das situações cotidianas (Nascimento et al., 2020) e flexibilidade (Tristão & Avellar, 2014; Tristão et al., 2017).

Nesse contexto, outro desafio que merece destaque refere-se à indefinição dessa prática como função ou profissão no país, pois esse fator pode estar contribuindo para uma indeterminação das qualificações necessárias, impactando a oferta de serviços sem supervisões ou formações adequadas (Nascimento et al., 2020). A resistência por parte de outros profissionais da saúde, a prática isolada e a falta de reconhecimento da importância do AT na equipe multidisciplinar foram

mencionadas como barreiras que dificultam a colaboração efetiva e a integração do AT no contexto de saúde mental (Nascimento et al., 2020; Tristão & Avellar, 2014). No ambiente escolar, essas dificuldades sobressaem, uma vez que, apesar da necessidade de incluir os alunos, existem entraves na aplicabilidade da intervenção como a delegação das atividades de suporte exclusivamente aos AT em vez de integrá-las como uma responsabilidade compartilhada com a escola (Carvalho & Nascimento, 2015).

Outros desafios relevantes para os AT envolvem questões financeiras, políticas de saúde pouco definidas e falta de conhecimento sobre essa ocupação (Cunha et al., 2017). A atenção primária à saúde (APS), por exemplo, ainda não é amplamente reconhecida como um ponto eficaz de acolhimento, o que agrava a fragmentação do cuidado e prejudica a atuação integrada do AT (Makiyama et al., 2023). Além disso, alguns profissionais têm gradualmente abandonado a prática por conta da sobrecarga de trabalho, do desgaste físico e da baixa remuneração (Nascimento et al., 2020). Muitos também destacam que a ausência de encaminhamentos adequados, aliada às exigências de outras atividades, dificulta conciliar a função de AT com outras responsabilidades, afetando a continuidade e a sustentabilidade do trabalho (Tristão & Avellar, 2014).

A terceira categoria analisada (colaboração interdisciplinar e rede de suporte) destacou a importância do trabalho em equipe e das intervenções colaborativas na prática do AT. Nesse contexto, os profissionais de saúde reconhecem a importância do AT como um elemento colaborativo nos serviços de saúde mental (Cunha et al., 2017), fazendo parte das rotinas de trabalho desses espaços (Makiyama et al., 2023). Assim, apesar de esses profissionais não estarem incluídos em equipes de AT por causa das características de seu trabalho, participam frequentemente de reuniões interdisciplinares para a discussão dos casos (Tristão & Avellar, 2014). Entretanto, como citado anteriormente, desafios relacionados à fragmentação do cuidado e à falta de reconhecimento formal do papel do AT ainda persistem, indicando a necessidade de maior integração entre os serviços de saúde e a rede de apoio (Makiyama et al., 2023; Tristão & Avellar, 2014).

Discussão

Esta revisão sistemática apresentou um recorte de estudos sobre o AT entre 2014 e maio de 2024. Os resultados evidenciaram que a maioria dos estudos utiliza uma abordagem qualitativa, com destaque para as entrevistas semiestruturadas. Essa escolha metodológica é consistente com a natureza exploratória da pesquisa sobre o AT, que visa entender as percepções, as experiências e os significados atribuídos pelos participantes. A diversidade de perfis participantes, composta de profissionais de saúde mental, AT, usuários e membros da rede social, também enriquece a análise. Entretanto, existe uma lacuna de estudos com abordagens mistas ou quantitativas que poderiam complementar os dados qualitativos e oferecer uma visão mais abrangente sobre a realidade dessa ocupação (Souza & Kerbauy, 2017).

Os estudos revisados indicam uma predominância de mulheres com formação em Psicologia entre os profissionais que atuam como AT (Tristão & Avellar, 2014). Isso se alinha com a tendência mais ampla de a psicologia ser percebida como uma profissão “feminina”, associada

a papéis de cuidado tradicionalmente atribuídos às mulheres no Brasil (Figuerêdo & Cruz, 2017). Contudo, é importante ressaltar que essa intervenção não se restringe apenas ao campo da psicologia, tampouco é exclusiva desta. Profissionais de diferentes áreas do conhecimento também desempenham a função de AT (Pelúcio et al., 2019), como observado em estudos que apontam a atuação de profissionais de outras formações nesse campo (Nascimento et al., 2020; Tristão & Avellar, 2014).

Destacou-se ainda que o ingresso na área do AT ocorre majoritariamente durante a graduação, sobretudo por meio de estágios e projetos de extensão (Nascimento et al., 2020; Tristão & Avellar, 2014). Embora essas experiências ofereçam aos estudantes uma oportunidade valiosa de aprendizado prático, elas levantam preocupações sobre a qualidade da formação e a adequação na preparação para o exercício da função de AT. A atuação desses estudantes na área, sem o devido respaldo legal e ético, pode expô-los a riscos, especialmente se suas funções não forem claramente definidas e supervisionadas (Marco & Calais, 2012), assim como impactar negativamente a eficácia das intervenções (Beltramello & Kienen, 2017). Esse contexto foi amplamente discutido nos estudos analisados, que evidenciam a necessidade de uma formação mais robusta e estruturada para os profissionais que atuam como AT (Cunha et al., 2017; Nascimento et al., 2020; Tristão & Avellar, 2014).

Além das preocupações relacionadas à formação e à prática, os estudos também apontam benefícios significativos na intervenção com AT. Entre eles, destacam-se a inclusão e reintegração social, o desenvolvimento de autonomia, a melhora no autocuidado, o fortalecimento dos vínculos familiares comunitários (Cunha et al., 2017; Prado et al., 2020; Tristão et al., 2017), a promoção de bem-estar e o papel importante no acesso a direitos sociais (Brondani et al., 2023; Ecker & Palombini, 2021). Esses achados estão em consonância com a literatura que destaca a importância do trabalho do AT, corroborando a visão de que o AT é uma modalidade de intervenção que visa à ressocialização, autonomia e qualidade de vida, ampliando o horizonte existencial dos usuários, muitas vezes limitados em suas interações sociais (Pelúcio et al., 2019).

Esses benefícios não são meramente coincidentes, mas estão profundamente enraizados no contexto em que essa ocupação emergiu no Brasil, alinhando-se ao movimento de humanização dos cuidados em saúde mental e às diretrizes da reforma psiquiátrica. Essa relação evidencia como o AT, ao promover inclusão e autonomia, reflete os princípios da reforma, que busca desinstitucionalizar o tratamento e integrar os indivíduos à sociedade de maneira digna e respeitosa (Souza & Pontes, 2017). Nesse contexto, justifica-se a concepção de *setting* terapêutico verificada nos artigos pesquisados, que enfatiza a importância dos ambientes cotidianos como espaços de intervenção e a consideração dos aspectos emocionais do paciente (Cunha et al., 2017; Ecker & Palombini, 2021; Tristão et al., 2017). Assim, ao ser compreendido como um espaço dinâmico e flexível, o *setting* terapêutico revela-se fundamental para a eficácia das intervenções do AT, reforçando a proposta da reforma psiquiátrica de um cuidado mais humano e inclusivo.

Apesar desse alinhamento com os preceitos da reforma psiquiátrica, é importante destacar que o AT não é especificamente identificado nas políticas públicas de saúde mental no país, prejudicando sua visibilidade e seu reconhecimento no âmbito de saúde mental (Souza & Pontes, 2017). Nesse cenário, os estudos levantados identificaram preocupações significativas relacionadas ao impacto da falta de qualificação mínima na oferta desse serviço, com ênfase na resistência por parte de outros profissionais da saúde, na prática isolada e na ausência de reconhecimento da importância do AT (Nascimento et al., 2020; Tristão & Avellar, 2014). Essas questões refletem-se diretamente no ambiente de trabalho do AT, onde o desconhecimento acerca de sua prática, aliado ao preconceito e à desvalorização de sua função, gera um cenário desafiador (Marco & Calais, 2012).

Esses desafios são ainda mais acentuados pela precarização das condições de trabalho dos AT que se manifestam em sobrecarga de trabalho, longas jornadas e baixa remuneração, comprometendo não apenas a sua saúde mental e física, mas também a qualidade do atendimento oferecido (Nascimento et al., 2020). Isso provavelmente se relaciona com o fato de o vínculo nessa área ser predominantemente autônomo (Marco & Calais, 2012). Percebe-se, então, um ambiente de instabilidade e insegurança que pode estar associado a impactos negativos na saúde mental desses trabalhadores por conta do constante medo de perdas econômicas e em razão dos sentimentos de baixa autoestima (Alves & Rodrigues, 2010), justificando a rotatividade acentuada na área (Holingue et al., 2022). Esses fatores tornam crucial o desenvolvimento de políticas que garantam uma supervisão qualificada e a regulamentação dessa ocupação, visando proteger tanto os profissionais quanto os usuários dos serviços, impactando diretamente a qualidade dos serviços prestados (Andrade et al., 2023).

Após discutir os desafios enfrentados pelos AT, é fundamental reconhecer a relevância da colaboração interdisciplinar e das redes de apoio no campo da saúde mental. A terceira categoria analisada destacou a relevância das intervenções colaborativas na prática do AT (Cunha et al., 2017), mas também evidenciou que a fragmentação do cuidado e a ausência de reconhecimento formal do papel do AT são entraves a serem superados, o que mostra a necessidade de uma maior integração entre os serviços de saúde e as redes de apoio (Makiyama et al., 2023; Tristão & Avellar, 2014). Esses achados convergem para a ideia de que, no campo da saúde mental, a adoção de práticas interdisciplinares pode facilitar a exploração mais abrangente das dimensões que influenciam o sofrimento mental, promovendo um olhar integral sobre os indivíduos e um modelo de atenção inovador. Entretanto, a ausência de clareza teórica sobre o que define a interdisciplinaridade no cenário do trabalho em saúde mental dificulta sua identificação e aplicação. Isso indica que, apesar do reconhecimento da importância dessa atividade, ainda existem barreiras conceituais que precisam ser superadas para que a prática em equipe seja efetivamente implementada (Giacomini & Rizzotto, 2022), impactando diretamente a atuação do AT.

Resumidamente, esta revisão sistemática destacou a relevância do AT como uma ferramenta para a promoção da saúde mental no Brasil. Os principais resultados mostraram a predominância de abordagens qualitativas nos estudos, com foco em benefícios como a inclusão social,

o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento de vínculos. Contudo, os desafios enfrentados pelos AT, tais como a falta de reconhecimento e as condições de trabalho precárias, reforçam a importância de atenção a esse contexto.

A principal limitação desta revisão sistemática diz respeito à restrição das bases de dados utilizadas na busca por artigos, que se concentrou principalmente em SciELO, Portal Regional da BVS e Oasisbr. Essa limitação pode ter resultado na exclusão de estudos relevantes disponíveis em outras plataformas ou publicações, comprometendo a abrangência da análise.

Estudos futuros devem se concentrar em analisar de forma mais aprofundada o ambiente de trabalho dos AT, abordando temas como condições de emprego, formação e integração com equipes de saúde. Investigar a realidade desses profissionais poderá resultar em informações relevantes sobre as dificuldades e oportunidades para melhorias. Essa pesquisa é crucial para aumentar a visibilidade e o reconhecimento do AT, assegurando que essa intervenção seja valorizada como um elemento indispensável na promoção da saúde mental no Brasil.

Referências

- Alves, A. A. M., & Rodrigues N. F. R. (2010). Determinantes sociais e econômicos da saúde. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 28(2), 127–131. [https://doi.org/10.1016/S0870-9025\(10\)70003-1](https://doi.org/10.1016/S0870-9025(10)70003-1)
- Alves, E. P., Thurow, C. F., & Scheider, D. R. (2025). O acompanhamento terapêutico (AT) como movimento político pela liberdade. *Psi Unisc*, 9(e18512), 1–39. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v9i18512>
- Andrade, L. F., Cardenas, M. V., Souza, P. B. P. de, & Souza, F. M. dos S. (2023). Acompanhamento terapêutico e análise do comportamento: Caracterização e exame de artigos publicados no Brasil. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 16(9), 16515–16527. <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.9-162>
- Beltramello, O., & Kienen, N. (2017). Acompanhamento terapêutico e análise do comportamento: Avanços e problemáticas nas definições deste fazer. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(1), 61–78. <https://doi.org/10.18761/PAC.2016.034>
- Beltramello, O., & Kienen, N. (2023). Comportamentos constituintes da atuação do psicólogo como acompanhante terapêutico. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 16(1), 1–25. <https://doi.org/10.36298/gerais202316e19381>
- Brasil (2023). Classificação brasileira de ocupações. Ministério do Trabalho. <http://www.mtecbo.gov.br/cbos-ite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloA-Z.jsf>
- Brondani, A. C., Farias, B. G. de, & Palombini, A. de L. (2023). Indicadores qualitativos de processo e resultado no acompanhamento terapêutico. *Revista Polis Psique*, 13(1), 121–142. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.111288>
- Bueno, R. C. (2023). Acompanhamento terapêutico e saúde mental: O cuidado pela clínica peripatética. *Interação*, 25(1), 22–35. <http://dx.doi.org/10.33836/Interacao.v25i1.763>
- Carvalho, B. S. da S., & Nascimento, L. F. do (2015). O autista e sua inclusão nas escolas particulares da cidade de Teresina – PI. *Revista Educação Especial*, 28(53), 677–690. <https://doi.org/10.5902/1984686X17327>
- Cunha, A. C., Pio, D. A. M., & Raccioni, T. M. (2017). Acompanhamento terapêutico: Concepções e possibilidades em serviços de saúde mental. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 638–651. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000092016>
- Ecker, D. D., & Palombini, A. de L. (2021). Acompanhamento terapêutico e direitos sociais: Territórios existenciais e sujeito biopsico-político-social. *Psicologia Clínica*, 33(2), 357–378. <https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0033n02A08>
- Fantini, M. C., & Carniel, C. I. (2021). Acompanhamento terapêutico: Um espaço para viabilizar a saúde mental e o olhar do terapeuta na efetivação dessa nova estratégia. *Vínculo*, 18(1), 128–133. <https://doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p64-72>
- Figuerêdo, R. B., & Cruz, F. M. L. de (2017). Psicologia: Profissão feminina? A visão dos estudantes de Psicologia. *Revista Estudos Feministas*, 25(2), 803–828. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p803>
- Giacomini, E., & Rizzoto, M. L. F. (2022). Interdisciplinaridade nas práticas de cuidado em saúde mental: Uma revisão integrativa de literatura. *Saúde em Debate*, 46(esp. 6), 261–280. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022e623>
- Holingue, C., Janda, Y., Azad, G., & Landa, R. (2022). Key stakeholder perspectives on obstacles to an autism-specific Medicaid waiver service delivery model. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 35(1), 205–216. <https://doi.org/10.1111/JAR.12940>
- Lima, T. C. S. de, & Mioto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: A pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, 10(esp.), 37–45. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>
- Londero, I., & Pens, M. (2010). Contextualizando o acompanhamento terapêutico nas terapias cognitivas e comportamentais. In I. Londero (Org.), *Acompanhamento terapêutico: Teoria e técnica na terapia comportamental e cognitivo comportamental* (pp. 3–12). Santos.
- Makiyama, M., Rizzotto, M. L. F., Nasi, C., Zaki, B. T., & Machineski, G. G. (2023). Práticas de saúde mental na atenção básica sob a ótica dos profissionais gestores. *Revista Baiana de Enfermagem*, 37(e50944), 1–8. <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v37.50944>

- Marco, M. N. da C., & Calais, S. L. (2012). Acompanhante terapêutico: Caracterização da prática profissional na perspectiva da análise do comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 14(3), 4–33. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v14i3.546>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., & Altman, D. G. (2015). Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335–342. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>
- Nascimento, A. K. da C., Silva, A. C. de M., & Caldas, M. T. de (2020). Construindo redes: Os acompanhantes terapêuticos em Recife – PE. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 11(3), 76–98. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n3p76>
- Pelúcio, L. M., Silva, J. C. de A., & Souza, R. Â. de A. (2019). A importância do acompanhamento terapêutico como estratégia de intervenção auxiliar à clínica tradicional. In G. A. Farias, J. C. de A. Silva, M. J. C. dos Santos, & F. C. C. Matos (Orgs.), *Uma gota de conhecimento* (pp. 265–287). Pontes.
- Prado, F. K. M., Lourenço, M. A. de M., Souza, L. B. de, Placeres, A. F., Cândido, F. C. de A., Zanim, G., Fantacini, C. M. F., & Fiorati, R. C. (2020). Therapeutic follow-up and network intervention as a strategy in psychosocial care. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(1), 1–7. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0161>
- Romano, C., & Bagaiolo, L. (2022). Encanto, prática e compromisso com a produção e a disseminação da ciência do comportamento aplicada. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(2), 288–305. <https://doi.org/10.18761/CoPACaDfa5>
- Souza, A. M. S., & Pontes S. A. (2017). Acompanhamento terapêutico (AT) e reforma psiquiátrica: História de uma prática. *Psicologia em Estudo*, 22(3), 335–345. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v22i3.35235>
- Souza, K. R., & Kerbauy, M. T. M. (2017). Abordagem quanti-qualitativa: Superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia*, 31(61), 21–44. <https://doi.org/10.14393/revvedfil.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44>
- Tibério, S. F., Leite, E. F., & Micheletto, N. (2024). Caracterização das relações comportamentais de trabalho na obra de B. F. Skinner. *Acta Comportamentalia*, 32(4), 625–646. <https://doi.org/10.32870/ac.v32i4.88493>
- Tristão, K. G., & Avellar, L. Z. (2014). Acompanhantes terapêuticos na Grande Vitória, Espírito Santo, Brasil: Quem são e o que fazem? *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 18(50), 533–544. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0759>
- Tristão, K. G., Avellar, L. Z., & Ribeiro, P. M., Neto. (2017). Acompanhamento terapêutico: Concepções sobre a prática e setting terapêutico. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(3), 1–15. http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/2655

Contribuição de cada autora na elaboração do trabalho:

Juliana Silva da Silva: Participou da conceitualização do estudo, da análise formal, da investigação, da metodologia e da escrita do artigo.

Karine Vanessa Perez: Participou da conceitualização do estudo e da escrita do artigo.

Cristiane Davina Redin Freitas: Participou da conceitualização do estudo e da escrita do artigo.

EQUIPE EDITORIAL**Editor-chefe**

Alexandre Luiz de Oliveira Serpa

Editores Associados

Alessandra Gotuzo Seabra
Ana Alexandra Caldas Osório
Cristiane Silvestre de Paula
Luiz Renato Rodrigues Carreiro
Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Editores de Seção**"Avaliação Psicológica"**

André Luiz de Carvalho Braule Pinto
Danielle de Souza Costa
Natália Becker
Lisandra Borges Vieira Lima
Luiz Renato Rodrigues Carreiro
Thatiana Helena de Lima

"Psicologia e Educação"

Alessandra Gotuzo Seabra
Carlo Schmidt
Kátia Carvalho Amaral Faro

"Psicologia Social e Saúde das Populações"

Fernanda Maria Munhoz Salgado
Gabriel Gaudencio do Rêgo
João Gabriel Maracci Cardoso

"Psicologia Clínica"

Cândida Helena Lopes Alves
Julia Garcia Durand
Vinicius Pereira de Sousa

"Desenvolvimento Humano"

Ana Alexandra Caldas Osório
Cristiane Silvestre de Paula
João Rodrigo Maciel Portes

Artigos de Revisão

Jessica Mayumi Maruyama

Suporte Técnico

Maria Gabriela Maglio
Davi Mendes

PRODUÇÃO EDITORIAL**Coordenação editorial**

Surane Chiliani Vellenich

Estagiária Editorial

Sofia Lustosa de Oliveira da Silva

Preparação de originais

Carlos Villarruel

Revisão

Hebe Ester Lucas

Diagramação

Stúdio Acqua